



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 018 / 2016

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO DE 15/10/2015 - 162ª SESSÃO ORDINÁRIA

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/1364/2013

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/201305515

AUTUANTE: SILVIO CÉSAR OLIVEIRA TORRES – MAT. 104.311-1-5.

RECORRENTE: K. C. NERES DA SILVA.

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.

CONS. RELATORA: VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE.

**EMENTA: ICMS – EMBARAÇAR, DIFICULTAR OU IMPEDIR À FISCALIZAÇÃO – PROCEDÊNCIA.** A Autuada transportando mercadoria a ela destinada em veículo de sua propriedade não efetuou a parada no Posto Fiscal para exibir a documentação relativa a carga sob sua responsabilidade, sendo necessário efetuar a perseguição e após abordagem conduzir ao Posto Fiscal, motivando a lavratura do Auto de Infração. Processo Administrativo Tributário julgado **PROCEDENTE**. Decisão amparada no art. 834, §2º, do Decreto nº 24.569/97. Penalidade prevista no art. 123, inciso VIII, alínea "c" da Lei nº 12.670/96. Recurso Ordinário conhecido e não provido, por unanimidade de votos, conforme Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

## RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração lavrado sob a acusação fiscal de *"EMBARAÇAR, DIFICULTAR OU IMPEDIR A AÇÃO FISCAL POR QUALQUER MEIO OU FORMA"*. Aduz, o Agente do Fisco, no Relato da Infração, que *"A Autuada transportando mercadoria a ela destinada em veículo de sua propriedade não efetuou a parada no Posto Fiscal para exibir a documentação relativa a carga sob sua responsabilidade, sendo necessário efetuar a perseguição e após a abordagem conduzido ao Posto Fiscal. Notas Fiscais Eletrônicas 270 e 159"*.

Indica como dispositivo legal infringido o art. 815 do Decreto nº 24.569/97. Como penalidade sugere o art. 123, VIII, "c", da Lei nº 12.670/96.

O processo administrativo tributário encontra-se instruído com os seguintes documentos: Informações Complementares, Cópias dos DANFE's, Documento do veículo, Cópia da Carteira de Habilitação do Motorista/Condutor, Protocolo de Entrega de AI / Documentos nº 2013.04006, AR referente ao envio do Auto de Infração, Termo de Revelia, todos acostados às fls. 3/11.

O julgador de Primeira Instância, fls. 12/16, decide pela Procedência do feito fiscal, por entender caracterizada desobediência aos ditames contidos nos artigos 814 e §2º do artigo 815, 834, § 2º todos do Decreto nº 24.569/97. Penalidade prevista no art. 123, inciso VIII, alínea "c" da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/2003.

Comunicação da decisão de Primeira Instância e respectivo AR, às fls. 17/18.

Inconformada com o *"decisum"*, a Autuada interpõe Recurso Voluntário, às fls. 20/29, arguindo, em síntese: (I) Que houve prejuízo ao exercício da ampla defesa, visto que não se permite à Recorrente sequer compreender sobre qual evento se está a fazer referência, inexistindo indicação do Posto Fiscal, data da ocorrência, local, agente responsável, indicação dos eventos processuais, etc ; (II) Que o processo deve ser extinto por afronta ao que dispõe o art. 47 do Decreto nº 25.468/99, por decadência da pretensão punitiva; (III) Que seja reconhecida a insubsistência do auto de infração, pois inexistente a prática de embarço, impedimento ou dificuldades à ação fiscalizatória por parte da Requerente, tendo a fiscalização ignorado as circunstâncias de fatos como: ausência de dolo, boa-fé, má sinalização, ausência de indicação de parada na via, tráfego intenso, período noturno, etc; (IV) Que caso não seja acatado as suas razões de defesa, seja revisto o quantum arbitrado, minorando-o, em consonância ao que dispõe o art. 126 da Lei nº 12.670/96. Requer, ao final, que seja conhecido e provido o recurso interposto.

A Consultoria Tributária, mediante o Parecer n.º 441/2014, às fls. 43/47, sugere o conhecimento do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento, no sentido de confirmar a decisão de Procedência, proferida em Primeira Instância, recebendo a chancela da Procuradoria Geral do Estado, às fls.48.

É o relatório.

## VOTO DA RELATORA

Conforme relatado, o processo administrativo, em apreço, diz respeito à acusação fiscal de *"Embaraçar, Dificultar ou Impedir a Ação Fiscal por qualquer meio ou forma"*, uma vez que *"a Autuada transportando mercadoria a ela destinada em veículo de sua propriedade não efetuou a parada no Posto Fiscal para exibir a documentação relativa a carga sob sua responsabilidade, sendo necessário efetuar a perseguição e após a abordagem conduzido ao Posto Fiscal"*.

Após análise dos autos, o Julgador de Primeira Instância, decidiu pela Procedência do feito fiscal, por entender caracterizada a infração.

Em sua peça recursal, requer, a Autuada, o conhecimento e provimento do Recurso Voluntário interposto, no sentido de que este E. Conselho se digne a colher os seguintes pedidos:

- a) o acolhimento das preliminares suscitadas, declarando-se nula a decisão proferida, vez que lesiva ao exercício da ampla defesa e do contraditório, pois inexistentes elementos mínimos necessários ao conhecimento do fato e do processo sobre os quais se funda o dispositivo guerreado, e devolvendo, por conseguinte, novo prazo para realização de defesa;*
- b) ainda, preliminarmente, seja extinto o processo por afronta ao que dispõe o art. 47, do decreto n. 25.468/99, por decadência da pretensão punitiva;*
- c) o reconhecimento da insubsistência do auto de infração originário, pois inexistente prática de embaraço, impedimento ou dificuldades à ação fiscalizatória por parte da Requerente, reputando-se inconstitucional e ilegal a oposição de sanção administrativa com nítido fundamento em interpretação por analogia in malam partem, a qual ignora as circunstâncias do fato ( ausência de dolo, boa fé da Recorrente, má sinalização, ausência de indicação de parada obrigatória na via, tráfego intenso, período noturno, etc.);*
- d) caso, mesmo assim, entenda-se pela aplicação de sanção à Requerente, o que não se espera, por se tratar de micro empresa, de natureza econômico familiar, seja revisto o quantum arbitrado, minorando-o, em consonância ao que dispõe o art. 120, da lei nº 12.670/96.*

No caso *sub examen*, em que pese toda a argumentação expendida pela Recorrente, entendo, não merecer reforma a decisão de Procedência, proferida pela 1ª instância.

Em princípio, no que tange a preliminar de nulidade suscitada, pela Recorrente, impende salientar, *in casu*, conforme se verifica, todo o

procedimento de fiscalização foi descrito no Auto de Infração, possibilitando o exercício do contraditório e da ampla defesa, o que permite afirmar que nenhuma garantia constitucional foi preterida no processo, ora sob análise, revestindo-se, portanto, das formalidades legais exigidas na Legislação do Processo Administrativo Tributário, Lei nº 12.732/97, e especialmente, o artigo 33 do Decreto nº 25.468/99.

Outra arguição, suscitada pela Recorrente, a qual entendo, também, deva ser rejeitada é a de que *"o Julgamento de Primeira Instância não fora realizado no prazo máximo de 30 dias contados da distribuição do processo, conforme determina o art. 47 do Decreto nº 25.468/97, motivo pelo qual o processo deve ser extinto pela Decadência"*.

A despeito, insta consignar, o disposto no artigo 47, inciso V, do Decreto nº 25.468/99, in verbis:

**Art. 47.- Os atos processuais realizar-se-ão nos seguintes prazos, sem prejuízos de outros especialmente previstos:**

*(...)*

*V – trinta (30) dias, para:*

*a) julgamento em primeira instância, contados das datas de distribuição do processo;*

*In casu*, como bem explicitado, no Parecer da Assessoria Processual - Tributária, às fls. 45/46 dos autos:

*"Sabe-se que os prazos processuais classificam-se em PRÓPRIOS e em IMPRÓPRIOS.*

*Cândido Rangel Dinamarco leciona que "a teoria dos prazos está intimamente legada à das preclusões, porque, máxime num sistema de procedimento rígido como é o brasileiro, sua fixação visa na maior parte dos casos a assegurar a marcha avante, sem retrocessos e livre de esperas indeterminadas".*

*Esclarece o mestre que "nem todos os prazos são preclusivos, ou próprios: existem também os prazos impróprios, destituídos de preclusividade".*

*Nelson Nery afirma que Prazos Próprios são aqueles "fixados para o cumprimento do ato processual, cuja inobservância acarreta desvantagem para aquele que o descumpriu, consequência essa que normalmente é a preclusão".*

*Para o autor "prazos Impróprios são aqueles fixados na lei apenas como parâmetro para a prática do ato, sendo que seu desatendimento não acarreta situação detrimetosa para aquele que o descumpriu, mas apenas sanções disciplinares. O ato praticado além do prazo impróprio é válido e eficaz".*

*Como se vê, a diferença fundamental entre ambos está em que, nos prazos próprios o descumprimento do ônus processual de praticar determinado ato implica consequências processuais típicas. Já os prazos impróprios não acarretam*

*consequências processuais, mas disciplinares, conforme dispõem os artigos 194 e 198 do Código de Processo Civil.*

*Isto posto, não há que se falar em extinção do processo pela ocorrência de Decadência."*

Quanto ao mérito, consoante se verifica, a materialidade do ilícito fiscal restou plenamente configurada. Com efeito, a Empresa Autuada não observou o disposto no artigo 834, § 2º, do Decreto nº 24.569/97. Senão vejamos:

**"Art. 834. (...)**

*§2º Independentemente da intimação a que se refere o caput, o transportador de mercadoria ou bem deverá exhibir nos postos fiscais por onde transitar a documentação relativa à carga sob sua responsabilidade."*

Ressalte-se, a responsabilidade tributária é objetiva, pois segundo disciplina o art. 136 do Código Tributário Nacional: *"Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato"*.

Na hipótese dos autos, como visto, a conduta da Autuada dificultou a Fiscalização, sendo necessária, inclusive, uma perseguição policial para realização da Ação Fiscal, motivando a lavratura do Auto de Infração.

Desta feita, caracterizado o ilícito constante da peça inicial, deverá a Autuada sujeitar-se a sanção prevista no art. 123, inciso VIII, alínea "c", da Lei nº 12.670/96, *in verbis*:

**"Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:**

**VIII – Outras faltas:**

**c) Embaraçar, dificultar ou impedir a ação fiscal por qualquer meio ou forma, multa equivalente a 1.800 (um mil e oitocentas) UFIR;"**

Com essas considerações, **VOTO**, pelo conhecimento e do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento, a fim de manter a decisão de **PROCEDÊNCIA**, proferida em 1ª Instância, de acordo com Parecer da Consultoria Tributária, adotado pela douta Procuradoria Geral do Estado.

É o Voto.

#### **DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

**Penalidade: Multa = 1.800 Ufir's**

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é Recorrente, **K.C. NERES DA SILVA**, e Recorrido, **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**.

**RESOLVEM** os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do Recurso interposto: 1. Em relação à extinção, com base no art. 47, V, do Decreto nº 25.468/99, arguida pela recorrente; Preliminar afastada, por decisão unânime, com base no Parecer da Assessoria Processual Tributária e manifestação oral do representante da douta PGE, que aduziu, em síntese, inexistir previsão legal para a aplicabilidade da prescrição. No mérito, por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso, confirmando a decisão de **PROCEDÊNCIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora, em conformidade com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Ausente, por motivo justificado, a Conselheira Anneline Magalhães Torres.

**SALA DE SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 15 de janeiro de 2016.

Francisca Maria de Sousa  
**PRESENTE**

Alexandre Mendes de Sousa  
Conselheiro

Anneline Magalhães Torres  
Conselheira

Francisco Avarido Almeida de França  
Conselheira

José Gonçalves Feitosa  
Conselheiro

Francisco José de Oliveira Silva  
Conselheiro

Vanessa Albuquerque Valente  
Conselheira Relatora

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto  
Conselheiro

André Arraes de Aquino Martins  
Conselheiro

Matheus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO

Ciente: 15/01/16